

1. 2013
To t. 1. 1. K 2016 / 2013
1. 2. 3. 4. 5.
Biblioteca
1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100.

Conferência Famílias no Plural: Alargar o Conceito, Largar o Preconceito | ILGA-Portugal e CRIA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
316.3606.M*Fam 48493
BIBLIOTECA

**Famílias no plural:
alargar o conceito, largar o preconceito
Atas da Conferência**

**Lisboa
ILGA Portugal
2013**

FICHA TÉCNICA

Título Famílias no plural: alargar o conceito, largar o preconceito
- atas da conferência

Edição ILGA Portugal

Revisão de textos Mónica Guerreiro

Design e paginação Tiago Veras

1ª edição

Lisboa: ILGA Portugal, 2013

Depósito legal nº 359094/13

ISBN: 978-989-95594-5-5

Integrado no projeto “Famílias no plural”, apoiado pelo Estado Português através do Instituto da Segurança Social, I.P. (Apoio Financeiro do Estado às Associações de Família – AFEAF)

Contactos ILGA Portugal

Centro LGBT - Rua de São Lázaro, 88 1150-333 Lisboa

+351 218 873 918

ilga@ilga-portugal.pt

ilga-portugal.pt

Índice

| | |
|---|-----|
| Prefácio | 1 |
| Sobre o CRIA | 5 |
| O Estudo Nacional Longitudinal de Famílias Lésbicas nos E.U.A. (<i>Nanette Gartrell</i>) .. | 7 |
| Orientação Sexual e Parentalidade Adotiva: Uma Atualização da Investigação (<i>Charlotte J. Patterson</i>) | 11 |
| Fatores de proteção e respetivos mecanismos de stress parental em famílias planeadas de lésbicas (<i>Nynke Burgers & Henny Bos</i>) | 21 |
| Pais, mães e filhos: construir famílias na pluralidade (<i>Antónia Pedroso de Lima, Margarida Moz</i>) | 37 |
| Mães como as outras, pais como os outros. Ou o fundamental da antropologia, da história e da sociologia para entender a parentalidade de lésbicas e gays (<i>Miguel Vale de Almeida</i>) | 51 |
| De que falamos quando falamos de preconceito contra a homoparentalidade: Atitudes face à competência parental e ao desenvolvimento psicossocial das crianças (<i>Jorge Gato</i>) | 59 |
| Da Invisibilidade à Investigação: Contributos da Psicologia sobre as Famílias Homoparentais (<i>Carla Moleiro & André Albernaz Delgado</i>) | 85 |
| Para além da heteronormatividade: repensando os significados da família (<i>Sofia Aboim, Pedro Vasconcelos & Carlos Gonçalves Costa</i>) | 99 |
| Famílias no plural: a sociedade espanhola perante as famílias arco-íris (<i>José Ignacio Pichardo Galán</i>) | 111 |
| Igualdade na Parentalidade de Casais do Mesmo Sexo em Portugal: Co-Adoção e Adoção Conjunta (<i>Robert Wintemute</i>) | 129 |

Para além da heteronormatividade: repensando os significados da família

Sofia Aboim^a, Pedro Vasconcelos^b, Carlos Gonçalves Costa^c

^a Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

^b ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa

^c Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Resumo

A família enquanto instituição tem assumido significados diversos ao longo da história sem, contudo, deixar de estar ligada à construção e reiteração de uma heteronormatividade ainda dominante. Apesar da crescente legitimação das chamadas novas formas de família e do questionamento de uma ordem de género conforme à dominação masculina e ao primado absoluto da heterossexualidade, a desconstrução do ideal de casal heterossexual constitui ainda um desafio importante, que marca as lutas pelo reconhecimento da diferença enquanto elemento central da igualdade. É assim preciso questionar os significados da família, ao abrigo de uma pluralidade que reconheça a diversidade dos arranjos familiares independentemente da orientação sexual dos indivíduos. Todavia, é também necessário repensar criticamente as formas como se produzem e reproduzem velhos e novos processos de discriminação, desconstruindo os ideais estabelecidos de que algumas formas familiares são mais “família” do que outras. Para além da heteronormatividade, a ideia de que a constituição de uma homonormatividade pode estar permeada de desigualdades e poderes diferenciados, herdados das categorias dicotomizantes que ainda diferenciam homens e mulheres, hetero e não-heterossexuais, é fundamental. Só assim podemos alargar um “velho conceito” – a família – a realidades legitimamente mais plurais. Um trabalho de desconstrução das categorias em que se ancoram as identidades é essencial.

Introdução

Pensar criticamente para além do socialmente instituído e dominante deve ser, num primeiro passo, pensar esse instituído a partir das margens que cria e das discriminações e desigualdades que produz. Se queremos repensar criticamente a ordem de género, para usar o conceito de Connell¹, para lá de um mero discurso de legitimação e naturalização das categorias e normas de género, de sexualidade e de família dominantes e centrais, é necessário perceber como essa ordem institui definições (proscritivas e prescritivas) do que é correto e “normal”. Sem esquecer, evidentemente, que o que é considerado “normal” só pode ser instituído pela rotulagem e marginalização do que é incorreto e “anormal”². Neste sentido, a ordem de género das sociedades de matriz ocidental tem, na modernidade, erigido o masculino como central (e universal) e o feminino como marginal (e particularista), com todos os reflexos que tal processo produz na produção da desigualdade social entre homens e mulheres³. Esta dinâmica implica uma definição da heterossexualidade, enquanto categoria que incorpora a desigualdade entre homens e mulheres, como natural ao mesmo tempo que elege o casal heterossexual estável (de preferência publicamente reconhecido e consagrado) como a única forma legítima de criar relações familiares (incluindo ter filhos e filhas). Correlatamente, a não conformidade às normas diferenciadoras do masculino e feminino (logo, dos homens e das mulheres)⁴, bem como a não-heterossexualidade e todas as modalidades de organização das relações para lá do casal heterossexual, a que também podemos (e devemos) chamar família⁵, foram constituídos como estando à margem da normalidade (enquanto desvio, patologia ou perversão)⁶. Como apontou Butler, a crítica destas categorias tão dicotomizantes como naturalizadas constitui um trabalho essencial se quisermos alargar e recriar noções restritas de família, família e parentesco.

Se a família, que não obstante as ambiguidades de um termo por definição polissémico continua a ser ainda essencialmente pensada a partir do paradigma da heterossexualidade e da diferenciação entre homens e mulheres, foi desde cedo um dos objetos das lutas por reconhecimento e redistribuição por parte dos dominados ou marginalizados pela ordem de género heterossexual (nomeadamente as mulheres)⁷, as presentes reivindicações e alterações na ordem jurídica de reconhecimento estatal de vários países (como Portugal), no sentido do reconhecimento como legítimas das conjugalidades e parentalidades não-heterossexuais (em grande parte construídas em torno da figura dos “casais de pessoas do mesmo sexo”), não podem deixar de abalar a preexistente ordem de género e as categorias e narrativas que a sustentavam.

De facto, a família, apesar de instituição historicamente situada e cambiável e de problemático estatuto universal (mesmo incorporando uma forte variabilidade das suas formas), tem assumido um lugar central, ideológico e prático, na construção e reiteração da heteronormatividade dominante, para utilizar o conceito introduzido por Warner⁸. Apesar da crescente legitimação das chamadas novas formas de família e do questionamento de uma ordem de género conforme à dominação masculina e ao primado naturalizante da heterossexualidade, a desconstrução do ideal normativo do casal heterossexual e dos estereótipos de género constitui ainda um desafio importante, que marca as lutas pelo reconhecimento da diferença e enquanto elemento central da igualdade, simbólica e material.

É assim preciso questionar os significados da família, ao abrigo da pluralidade e diversidade dos arranjos familiares independentemente do género e da orientação sexual dos indivíduos. Só assim podemos alargar uma definição institucional produtora de exclusões e desigualdades – a família – numa realidade legitimamente mais plural – as famílias, recusando a ideia de que existe um único modo, restrito e discriminatório, de fazer e ser família.

No entanto, este processo de desconstrução e de redefinição (que desoculta, aliás, a institucionalização histórica da discriminação e desigualdade), quer conceptual quer prático-político, se se inscreve num movimento global de emancipação, não pode deixar de reconhecer a persistência e a durabilidade dos esquemas e padrões heteronormativos. Ainda que estes venham a ser expurgados da lei e da prática estatal, permanecem nas representações simbólicas e disposições práticas de grande parte dos sujeitos sociais. Mesmo daqueles que foram historicamente constituídos como sujeitos excluídos da ordem de legitimidade.

Neste sentido, este texto procura ser uma primeira exploração qualitativa e empírica da persistência de esquemas mentais e práticos heteronormativos em indivíduos não-heterossexuais. Tal exploração é feita a partir de entrevistas em profundidade com 20 homens não-heterossexuais (assumidos publicamente e não assumidos), vivendo em diferentes arranjos familiares e com também diversas trajetórias familiares e relacionais. Presentemente estão também a ser desenvolvidas entrevistas com mulheres não-heterossexuais. O enfoque privilegiado foi o de alcançar indivíduos não-ativistas, ou seja, não envolvidos no movimento LGBT, com diferentes origens e trajetórias sociais. A persistência de esquemas heteronormativos nos seus discursos pôde ser verificada no ceticismo generalizado que expressam em relação à aceitação social do casamento entre pessoas do mesmo sexo e à adoção levada a cabo por esses casais. Mas, mais ainda, essa persistência está também presente em representações estereotípicas não só das naturezas (sociais e sexuais) feminina e masculina, como igualmente numa autoimagem e identidade marginalizante dos próprios homossexuais.

A resistência da heteronormatividade: discursos das margens

Entre os nossos entrevistados, lembre-se, na sua maioria não mobilizados para a luta LGBT, verificamos uma clara auto-consciência do lugar ainda marginal da não-heterossexualidade, apesar de muitos tacitamente recusarem rótulos identitários. Esta marginalidade é não só simbólica e categorial, mas também prática e patente numa discriminação vivida na primeira pessoa. Este processo é claramente visível nos discursos recolhidos. Como refere um dos homens entrevistados, a consciencialização da orientação sexual teve impacto na forma como se via a si mesmo:

“Sim, teve, teve, seguramente, porque eu percebi que estava numa margem da sociedade, e que portanto estava na marginalidade, era um marginal, e portanto tinha de sobreviver com as armas que tinha, intelectuais, ou físicas ou económicas ou sociais, nesse perfil, portanto, teve essa consequência.” E29 (65 anos, licenciado, locutor de rádio)

No caso de um outro entrevistado, igualmente homem mas bastante mais jovem, a consciência da discriminação sofrida aparece associada à ideia de que a sociedade portuguesa é ainda atrasada e preconceituosa devido ao moralismo católico, ao familialismo imperante e à falta de consciência de uma política de identidade coletiva e mais aberta. Um homossexual até pode ser aceite, se for boa pessoa e bem comportado, mas é-o apenas de um ponto de vista individual que pouco contribui para uma aceitação pública da homossexualidade. Este entrevistado, como muitos outros, relata também como a experiência da discriminação não é apenas violência simbólica, mas chega à materialidade da violência corporal. Como nos diz:

*“... é assim, a questão, a homossexualidade em Portugal é uma questão que só muito recentemente está a começar a deixar de ser tabu. Mas ainda falta muito, muito, muito. Tal como todos os países do Sul, Portugal sofre do mesmo mal às questões de uma confusão entre a moral e a moralidade e as pessoas chocarem-se muito com determinadas coisas, importarem-se muito com a vida das outras pessoas, nesse sentido é difícil a vivência da homossexualidade em Portugal. É difícil porque há sempre na família alguém que não compreende e não aceita, ou que **prefere** não saber ou que **prefere** não se falar nisso, porque há muito preconceito, há uma falta de conhecimento, o preconceito vem sempre da falta de conhecimento, e apoiado em falsos moralismos, de uma sociedade muito católica também ou digamos com raízes muito católicas, mas nem é só por causa da Igreja, porque eu acho que por exemplo no âmbito dos comunistas é a mesma coisa, eles têm muitos preconceitos também contra a*

*homossexualidade, ou seja, tem mesmo a ver com esta nossa maneira de ser, este nosso gostar muito da normalidade, e quando há alguma coisa que não é normal é pretexto para gozo, para discriminação, para... apesar de no íntimo eu achar que o povo português tem um coração bom, e... depende, depende, mas sei lá haver pessoas muito **simples** que pela convivência da realidade desse género e por saberem que ‘ah mas este vizinho até é um bom vizinho ou até é um bom filho’, que por aí podemos ser tocadas e não se **deixarem** afetar por isso. Mas acho que a **partida** é mais **complicado** do que em países em que já há mais história, mais tradição, mais aceitação da homossexualidade. Sim, já me senti discriminado... uma vez, pronto, levei porrada, e lembro-me que uma das bocas que me **disseram** foi ‘ah, tu deves gostar de levar no cu’. E lembro-me que nessa altura já tava a aceitar para mim a minha homossexualidade. Mas eu fiquei assim um bocadinho revoltado contra aquilo, e que se calhar eles diriam isso a qualquer pessoa, não faço ideia, não é?, mas fiquei... tocou-me particularmente.”* E.9 (33 anos, frequência universitária, cantor/artista plástico)

Todavia, se a consciência da marginalização é praticamente universal junto dos nossos entrevistados e entrevistadas, é interessante verificar como essa consciência não impede junto de muitos e muitas, mas não de todos e todas, a persistência de uma autoimagem e identidade tal qual foram construídas pelo olhar discriminatório da heteronormatividade dominante. Neste sentido, alguns dos entrevistados, incapazes de desafiar uma ordem de género marcada por códigos tradicionais, pensam-se em continuidade com os estereótipos que opõem a masculinidade à feminilidade e a heterossexualidade à homossexualidade. Tal é bem patente, por exemplo, na associação da homossexualidade masculina à promiscuidade sexual e à instabilidade relacional.

Veja-se a seguinte afirmação:

“Eu acho que pode haver mais promiscuidade nos gays, mas também acho que há muita nos heterossexuais, eu é que não estou muito dentro do assunto. Mas cada vez mais se vê e se sabe de clubes e de orgias. Acho que as pessoas heterossexuais, às vezes, como há filhos, procuram ser mais fiéis e não ser tão promíscuas. A coisa entre os homossexuais não é tão levada a sério.” E.2 (46 anos, licenciado, gestor)

Noutro caso, a associação do homossexual masculino à promiscuidade é tão forte que levou mesmo um dos entrevistados a casar com uma mulher para que pudesse, na sua ideia, garantir o apoio e companheirismo que imagina necessário quando chegar a uma idade mais avançada e de perda dos atributos erótico-sexuais que lhe garantiam parceiros amorosos. Como refere:

“Eu decidi casar com uma mulher, uma mulher mais velha, para ter alguém que tome conta de mim um dia mais tarde ... as relações entre homens não duram muito ...” E.1 (46 anos, cabeleireiro)

A persistência destes esquemas de pensamento e de ação reflete-se também, e fundamentalmente, na permanência de esquemas fortemente estereotípicos e desiguais de avaliação das diferenças de género. A noção de que as mulheres são mais maternais e os homens mais sexuais é flagrante nos discursos de homens entrevistados de várias gerações:

“Os homens têm uma necessidade biológica de expelir o esperma, que todos os dias se forma muito e não pode ficar cá dentro, tem de ir para algum lado (...) só mesmo uma perturbação psiquiátrica é que faz com que um homem seja virgem, porque é uma necessidade biológica, é como comer, como beber, como fazer as outras coisas que nós temos que fazer. Em relação às mulheres já não acho tanto porque de facto, a pulsão sexual nas mulheres não é igual à dos homens, são coisas completamente opostas (...) As mulheres têm uma necessidade interna de procriar, faz parte da ovulação e as mulheres que não procriam, acabam sempre, mais tarde ou mais cedo, por se sentir afetadas psicologicamente e não sei se esse problema também não é biológico. Se aquelas hormonas que devia ter produzido e não produzira, se mais tarde não terão uma reação química interna... As mulheres que eu conheci ao longo da vida sentem-se muito afetadas por não terem tido filhos. Por exemplo, as mulheres homossexuais que não têm experiências com homens canalizam sempre essa experiência parental com animais. Transportam para cães, gatos e periquitos. Os homens não. A razão porque os homens têm animais é completamente diferente”. E.5 (55 anos, 9º ano, atualmente reformado, antigo operário tipógrafo)

“... a compleição emocional de uma mulher é diferente da de um homem, e portanto revela-se também ao nível das relações sexuais (...) a mulher tem uma realidade a nível emocional e a nível sexual menos superficial talvez que o homem.” E.10 (53 anos, licenciado, advogado)

“as mulheres querem muito exprimir a sua maternidade, ao contrário dos homens, acho que os homens não querem, não estão pr’á virados, eu acho, não sei, não sei, não sei, mas acho que são posições completamente... contrárias não, mas muito diferentes, as mulheres em geral são muito mais dadas ou muito mais interessadas na questão da maternidade do que os homens. E as mulheres, pela sua fisionomia ou pela sua estrutura emocional

mais facilmente querem e desejam assumir esse papel do que os homens.”

E.11 (33 anos, licenciado, assistente social)

A manutenção destes esquemas de género, sobre homens e mulheres, é, em alguns casos, replicada numa avaliação diferencial do que devem ser os homens *gays* e as mulheres *lésbicas*. Como refere o entrevistado seguinte, a permanência de caracteres tradicionalmente conformes à feminilidade e à masculinidade, na aparência e *hexis* corporal, são aspetos importantes na distinção destas duas categorias de pessoa não-heterossexual. Tal dicotomização reduz assim o espaço para a reinvenção de outros modos de ser e de estar que transgridam o que “deve ser” uma mulher ou um homem, reproduzindo as dicotomias que resistem ainda a uma mudança mais radical da ordem de género.

“Ah eu tenho amigas lésbicas e tenho, o primeiro casal que eu conheci de pessoas do mesmo sexo, homossexuais, eram duas amigas lésbicas. Relaciono-me normalmente com elas, acho que às vezes dentro de um mundo gay mais exagerado e dentro de um mundo lésbico mais cru, às vezes há um bocadinho de encerramento entre um e o outro, e das lésbicas não gostarem desses gays, e desses gays não gostarem dessas lésbicas. Eu não tenho qualquer problema, pelo contrário, fico muito feliz por elas serem, e adoro ver lésbicas femininas, tal como eu se calhar não gosto muito de ver daqueles homens mesmo muito tipo bichas, também não gosto muito de ver camionistas, machonas, não é? Agora acho que todos têm o direito a ser o que são e a viver o que vivem. Agora adoro ver duas lésbicas lindas de arrasar, adoro, adoro, fico muito contente. E tenho boas amigas lésbicas e pronto, acho que ter boas amigas lésbicas é um bom sinal...” E.9 (33 anos, frequência universitária, cantor/artista plástico)

Por outro lado, o reverso da medalha pode ser encontrado em vários discursos de mulheres não heterossexuais que, recorrentemente, aludem à persistência de lógicas de dominação masculina numa ordem de género em que os homens *gays* são claramente mais públicos e capazes de sair do armário enquanto as mulheres, habituadas ao conforto relativo da invisibilidade, se remetem para uma postura mais fechada e, logo, mais passiva, como tende a suceder, aliás, nas relações de género heteronormativas. Como nota uma das mulheres *lésbicas* entrevistadas:

“Há grandes diferenças entre gays e lésbicas, há uma grande desigualdade. Os homens são mais livres e têm mais coragem para se assumirem em público, divertem-se mais, saem mais à noite... as mulheres estão mais escondidas, têm mais vergonha, não sei ... não me surpreende que os homens estejam a casar mais do que as mulheres. É porque é uma coisa pública! De certo modo, as

lésbicas são mas estigmatizadas e também têm mais medo, preferem ficar à parte, não ser vistas. Ok, e depois também há a questão financeira, os homens ganham mais. Mas não é só isso ... todos os anos na marcha do Pride eu vejo mais homens do que mulheres e é sempre o mesmo, ano após ano. E em Lisboa há muito mais sítios e bares para os homens estarem... as mulheres estão muito mais em casa, eu não sei... Alguma coisa tem de mudar depressa, não acho justo que nós lésbicas... que não possa ser como os gays! A única vantagem que temos é que é mais fácil se quisermos ter um bebé, mas é só.”
E.34 (46 anos, licenciatura, veterinária)

Como é evidente, os discursos que aqui retratámos não refletem a totalidade dos discursos encontrados. Muitos são, pelo contrário, discursos de desconstrução da ordem de género tradicional. Todavia, o acento que demos aos discursos em que a heteronormatividade persiste pretende fazer notar as dificuldades de uma luta inacabada. De facto, às reivindicações LGBT opõem-se não só as instituições heteronormativas, mas também, em muitos casos, a heteronormatividade incorporada por pessoas não heterossexuais. Tal é bem patente nas avaliações feitas sobre a questão da legitimidade social do casamento entre pessoas do mesmo sexo e das duas parentalidades. Se em alguns casos encontramos indivíduos a viverem confortavelmente, de diferentes formas e em diferentes modalidades, as suas vidas familiares — conjugais e parentais — em processos pessoais de apropriação e redefinição das instituições tradicionalmente heteronormativas (o casamento e a parentalidade), noutros o ceticismo e o peso do tradicionalismo naturalizante ainda imperam, forçando uma ideia estereotipada de “normalidade”. Tal é patente quando nos dizem:

“Eu aí nesse caso da adoção ainda continuo muito céptico. Céptico não no sentido de não concordar. Eu acho que Portugal não está preparado para isso, é a primeira opinião que eu tenho, Portugal não está preparado para esse tipo de avanços. Também considero que Portugal ainda não está preparado para o casamento homossexual mas nesse caso como já foi aprovado já não tenho muita opinião. A adoção de crianças, como eu nunca pensei muito no facto de eu querer ou não ter filhos também nunca pensei muito acerca de casais homossexuais. Conheço casos que funcionam e que os conheço e que as pessoas são perfeitamente normais, completamente integradas, mas depois ponho-me a pensar que, não sei, haverá sempre qualquer coisa que me faz vacilar um bocadinho, eu ainda não consegui descobrir o quê, ainda não consegui chegar ao cerne da questão...” E.8 (29 anos, ensino secundário, empregado numa loja de fotocópias)

“Eu penso que a porção de educar (uma criança), ensinar, eu acho que o facto de a mulher ser sempre mais próxima do filho desde a gestação, eu acho que é o facto de ela gerar o filho, eu acho que a educação tem que vir com grande valor e grande peso por parte da mãe. Isso é o que eu penso. E em termos de correção, disciplina, eu acho que a presença do pai é muito importante e nesse sentido eu penso que o pai tem que ser mais presente” “...pra criar uma filha, eu penso que ainda hoje como no passado é ainda pior, é mais difícil, em termos de proteção, porque a menina, a filha ainda ela é, a mulher no caso é mais vulnerável às situações que um homem, ela não sabe se defender tão bem” “O (casal homo) cuidar (de uma criança) pode ser até que cuide, mas o educar eu tenho as minhas dúvidas em relação, em caso as referências que essa criança venha a ter dentro de casa para a formação dessa criança. Porque eu acho que a criança tem que ter uma referência, o menino tem que ter uma referência de homem dentro de casa, e a menina tem que ter uma referência de mulher dentro de casa. E isso aí eu acho que eu sou tradicional nesse ponto, eu sou tradicional. Eu acho que a formação dessa criança não vai ser tão completa como de uma criança criada num lar hetero vamos dizer assim, não que venha oferecer não é isso, eu acho que o casal homossexual pode oferecer até maior conforto, até maior carinho, mas por vias normais eu penso que pode ter uma deficiência sim.” “Não acho correto (que exista adoção por casais do mesmo sexo), devido à posição que eu tenho, eu acho que a criança tem que ter uma referência de homem dentro de casa e uma referência de mulher dentro de casa.” “Eu também (não concordo com o casamento entre pessoas do mesmo sexo), apesar de que eu tenho essa postura sexual, eu não concordo, eu não concordo. É questão de princípio, questão de formação, acho que o casamento homossexual ele pode ser um contrato mas em termos de contrato mútuo, mas não de levar ao pé de igualdade de um casamento com todos os rituais de um casamento hetero”. E.17 (34 anos, 9º ano, empregado de mesa)

Notas finais

Estes discursos demonstram bem a persistência de esquemas heteronormativos em pessoas não-heterossexuais. Tais esquemas, incorporando a margem a partir da qual falam, contribuem não só para a reprodução dessa posição marginal (mesmo que se verifiquem sentimentos de humilhação por se ser da margem), como, global e correlatamente, contribuem decisivamente para a reprodução de uma ordem de género heteronormativa, quer no que diz respeito a estereótipos de género sobre homens e mulheres (replicados na descrição e avaliação,

respetivamente, de homens *gay* e lésbicas), quer no que concerne às visões do que deve ser uma família (logo, à avaliação do casamento e parentalidades em casais do mesmo sexo).

Tal persistência, mesmo face a processos e movimentos de desconstrução e redefinição institucional da ordem de género e da sua heteronormatividade, demonstram bem quer a capacidade de resistência e versatilidade das ordens institucionais preexistentes, quer a necessidade, tanto conceptual como social, de um maior abalo, de uma intensificação dos processos reivindicativos. Os processos de reivindicação da legitimidade social das identidades não-heterossexuais e dos seus arranjos familiares não podem quedar-se por uma certa normalização e “aceitação” de certos não-heterossexuais, embora tal normalização seja já uma ampliação de direitos. Mas uma normalização nesses termos, não obstante contribuir para mudanças efetivas e necessárias, poderá, contudo, conduzir à constituição de uma homonormatividade legítima, para usar o termo cunhado por Lisa Duggan⁹, que se alinha a par de uma heteronormatividade ainda pouco transformada. E, mais ainda, de uma homonormatividade que dificilmente conseguirá mais do que uma subalternidade tolerada face ao centro, ao mesmo tempo que pode ser erigida em novo centro relativo face às margens mais arraigadas na prossecução de identidades e práticas de menor dignidade socialmente reconhecida. Poder-se-á ter passado, para muitos e muitas (mas não para todos e todas), da margem total para a periferia do centro. Mas a questão é que o centro permanecerá, tal como algumas das margens. Desta feita, as reivindicações LGBT podem e devem ir mais longe, no sentido da legitimação de qualquer pluralidade ou diferença democraticamente aceitável, destruindo o centro heteronormativo e, assim, libertando tanto heterossexuais como não-heterossexuais de espartilhos normativos restritivos das suas possibilidades de ser e de fazer.

Notas

¹ Raewyn Connell (1996), *Gender and Power. Society, the Person and Sexual Politics*, Cambridge: Polity.

² Judith Butler (1999), *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*, Nova Iorque: Routledge.

³ Não que as anteriores ordens de género, das sociedades tradicionais de matriz europeia, fossem de igualdade. Pelo contrário, podem globalmente ser caracterizadas não só como de dominação masculina, mas como sendo patriarcais.

⁴ De resto, tradicionalmente pensados e instituídos como as únicas possibilidade de existência.

⁵ Quer porque reivindicam a pertença a tal “instituição dignificante”, quer porque tais formas de organização das relações interindividuais estão, no mínimo, estreitamente relacionadas com domínios práticos e simbólicos da vida social que nos últimos 300 a 400 anos foram catalogados como família (a coabitação e partilha patrimonial, a filiação, a intimidade sexual, a solidariedade intra-grupal, os cuidados a dependentes, etc.) e porque as narrativas e modalidades linguísticas utilizadas para descrever e criar tais relações são também, tal como veio a tornar-se dominante para as da centralidade heterossexual, as do afeto, das emoções e do amor como fundadores dos laços sociais e da sua identidade.

⁶ Judith Butler (2002), “Is Kinship Always Already Heterosexual?” *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, 13(1), pp. 14-44.

⁷ Note-se, no entanto, que as reivindicações feministas, bem como as dos movimentos LGBT, não podem ser restritas a reivindicações sobre a instituição familiar, tocando igualmente todos os aspetos da vida social (a qualquer nível de codificação ou formalização) onde a desigualdade e a discriminação se fez e se faz sentir (porque real). Por outro lado, não devem igualmente ser esquecidas reivindicações de legitimidade ou de alteração das normatividades institucionalizadas que partiram de outras categorias de não-conformes (mães e pais solteiros, divorciados, não-casados, filhos e filhas ilegítimos, etc.).

⁸ Michael Warner, (1991), “Introduction: Fear of a Queer Planet”, *Social Text*, 9 (4 [29]): pp. 3-17.

⁹ Lisa Duggan (2003), *The Twilight of Equality? Neoliberalism, Cultural Politics, and the Attack on Democracy*. Boston: Beacon Press.